



## M&A continua a cair, mas tem margem para recuperar

**Fusões e aquisições** ■ Desde o início do ano, o número de negócios feitos caiu 29% e o valor movimentado foi inferior em 71% em relação ao ano passado, contrariando as expectativas. Mas os especialistas consideram que há condições para que o mercado recupere e ainda surpreenda.



**“Há um desgaste institucional na perceção da justiça agravado pela falta de modernização”**

**Entrevista** ■ António Jaime Martins é o novo presidente do Conselho Superior da Ordem dos Advogados. Considera que a justiça tem de se reconciliar com os cidadãos e que para o conseguir vai ser obrigatório fazer investimento, especialmente em tecnologia. E diz que a próxima liderança da classe tem de unir para ser possível responder a desafios.

### Advogados escolhem liderança na segunda-feira

**Eleições** ■ A atual bastonária, Fernanda de Almeida Pinheiro, e o presidente do Conselho Regional de Lisboa, João Massano, vão disputar a segunda volta das eleições para bastonário da Ordem dos Advogados. A votação realiza-se na segunda-feira, 31 de março.

### Pérez-Llorca e Legora investem em IA para advogados

**Tecnologia** ■ A Pérez-Llorca e a plataforma de inteligência artificial para advogados Legora assinaram um acordo estratégico para assessorar empresas em Espanha e Portugal na integração de soluções avançadas de inteligência artificial nas suas estruturas jurídicas, adaptadas já ao novo quadro regulatório europeu, aprovado em 2024 e que será totalmente aplicável em 2026.

### Altice retoma venda de Data Center da Covilhã

**Dados** ■ A Altice Portugal contratou o banco de investimento Perella Weinberg Partners para a assessorar na venda do Data Center da Covilhã. Segundo fontes familiarizadas com o assunto, o processo está na fase de entrega de propostas não vinculativas (non-binding offers), tendo atraído a atenção de fundos internacionais de infraestruturas e imobiliário.

### Energia

Atrasos no offshore levam investidores a abandonar o país

**Mercado** ■ P.6



### MFA Legal lança linha de serviços de Direito Penal Tributário

**Mercado** ■ P.7

### Investidores estratégicos e fundos preparam negócios em 2025

**Energia** ■ P.4

## Opinião

À espera para ver



**Ricardo Santos Ferreira**  
rsferreira@medianove.com

Quando, no último trimestre de 2024, se olhou para a frente, parecia que todas as peças se preparavam para encaixar nos sítios certos para que este ano em que nos encontramos fosse bom para os negócios. As taxas de juro desciam tão rapidamente como tinham subido para combater a inflação, havia capital disponível, ativos no mercado e apetite dos investidores. Depois, no início do ano, a procura por competitividade, o afrouxamento regulatório e a apetência generalizada para um maior investimento público pareciam ser empuirões definitivos para que tudo acontecesse, mas não tem sido assim.

O início do ano tem mostrado que este quadro prazenteiro é insuficiente, que falta um ingrediente fundamental, que é a previsibilidade, a estabilidade. A redução do risco que advém da descida das taxas de juro – mais deste lado do Atlântico do que do lado norte-americano –, por exemplo, não compensa o resto. Os primeiros meses do ano foram de quebra nas fusões e aquisições, tanto no número de negócios como do capital mobilizado, em Portugal e em Espanha.

Os pressupostos positivos mantêm-se todos, mas os investidores continuam a refrear o apetite à espera de uma clarificação, tal como o fizeram no ano passado, principalmente para perceber o que são as políticas de Donald Trump 2.0 e no que se traduzem exatamente, a começar pelo grande jogo das tarifas aduaneiras e pela guerra comercial entre blocos.

Os agentes económicos mantêm-se otimistas, é verdade, mas os dados mostram que não estão a suportar esse sentimento com dinheiro. Esperam para ver. Esperamos todos para ver.

# Instabilidade mantém M&A em baixa, mas ainda há esperança na recuperação

**Fusões e aquisições** ■ O mercado mantém-se em baixa em Portugal. Caiu 29% em transações e 71% em valor desde o início do ano, contrariando as expectativas. Mas os especialistas veem condições para que recupere e surpreenda.

**Ricardo Santos Ferreira e Inês Amado**  
rsferreira@medianove.com

O mercado de fusões e aquisições (M&A, na sigla inglesa) não está a corresponder às expectativas neste início de 2025. A esperada viragem na tendência de quebra que se viveu no ano passado não se concretizou, pelo contrário, o mercado continuou a afundar.

“A atividade de M&A encerrou em 2024 com valores inferiores ao ano de 2023, tendo havido uma queda de cerca de 21%”, diz ao Jornal Económico (JE) Marta Romano de Castro, sócia da Abreu Advogados, apontando que as projeções iniciais para 2025 davam nota de que este “podia marcar uma viragem no mercado, com uma possível retoma da atividade”. Mas não foi isso que aconteceu.

Os dados coligidos pela TTR Data até 27 de março apontam para uma queda de 29,7% no número de transações, face ao ano passado, para 111, e uma descida ainda mais pronunciada, de 71,4%, no valor das transações, para 915 milhões de euros.

A informação da plataforma financeira também mostra que janeiro e fevereiro foram piores do qualquer um dos meses de 2024 em termos de valores tran-

sacionados, e fevereiro foi o que menos operações teve registadas em mais de um ano.

“Iniciámos o ano com um pipeline de operações muito interessante, mas sentimos um certo arrefecimento do mercado nos meses de fevereiro e março causado sobretudo pelo clima de incerteza política nacional e internacional”, diz ao JE Mariana Norton dos Reis, sócia coordenadora da área de Societário e M&A da Cuatrecasas.

Em março, que ainda não terminou e por isso não há ainda dados finais, registaram-se, até ontem, apenas 29 operações, que movimentaram 520,5 milhões de euros.

As eleições para a presidência norte-americana realizaram-se a 5 de novembro, com Donald Trump a vencer por larga margem e o Partido Republicano a conquistar maiorias na Câmara de Representantes e no Senado, sinalizando um mandato com poder reforçado. A investidora realizou-se a 20 de janeiro e desde essa altura que se sucedem decisões, com impacto interno e externo, como a imposição e tarifas aduaneiras, o que intensificou a guerra comercial entre os diferentes blocos.

“Persistem alguns desafios, designadamente a instabilidade geo-



M&A caiu 29,7% até 27 de março, face ao ano passado, para 111



**João Caldeira**  
Sócio de Corporate M&A da CMS Portugal



**Marta Romano de Castro**  
Sócia da Abreu Advogados



**Mariana Norton dos Reis**  
Sócia coordenadora de Societário e M&A da Cuatrecasas



**Rafael Lucas Pires**  
Sócio coordenador de Societário e M&A da Cuatrecasas



REUTERS

### Otimismo para nove meses

“Há sinais positivos em certos setores que podem determinar um segundo semestre forte designadamente no que respeita ao *private equity*, em que vemos bastante liquidez no mercado e necessidade de realizar *exits* estratégicos assegurando retornos para os investidores”, aponta Rafael Lucas Pires, sócio cocoordenador da área de Societário e M&A da Cuatrecasas.

Do início do ano até 27 de março foram registadas 11 operações, tendo sido concluídas nove, que movimentaram 35 milhões de euros, revelam os dados da TTR Data.

“Agora, as projeções para 2025 são mais otimistas. A expectativa é que o mercado de M&A comece a se recuperar à medida que as condições económicas melhorem, especialmente com a expectativa de que as taxas de juros mais altas comecem a perder impacto”, diz Marta Romano de Castro. “Em setores estratégicos da economia sentimos que a atividade de M&A vai recuperar ainda este ano”, acrescenta.

Até agora, tal como tem acontecido nos últimos anos, os setores mais ativos são os do imobiliário e de Internet, Software & IT Services, mas ambos estão em queda no número de operações, 26% no primeiro caso, 17% no segundo.

“As perspetivas para a atividade de M&A no ano de 2025 são boas e assentam em diversos fatores incluindo, entre outras, a disponibilidade de capital, a expectativa de chegada ao mercado de ativos disponíveis para venda, a correção da valorização dos ativos e a significativa redução das taxas de juro em 2024”, reforça João Caldeira.

No seu serviço de radar, que procura identificar oportunidades, a TTR Data aponta maiores possibilidades para operações para expansão de negócio e para a entrada no mercado, seguindo-se o investimento direto estrangeiro.

“As expectativas para o mercado de M&A em 2025 continuam a ser de crescimento embora com moderação relativamente ao que se pensava no final de 2024”, diz Rafael Lucas Pires.

“É expectável que o ano de 2025, apesar do começo algo desencorajador, se venha revelar um ano de crescimento expressivo”, afirma Caldeira, mais otimista.

política e a ameaça tarifária”, diz João Caldeira, sócio de Corporate M&A da CMS Portugal. “Será a interação destas pressões a determinar a evolução do mercado de M&A”, acrescenta.

Nota-se o “esperar para ver” dos empresários nas operações transfronteiriças, que estão muito abaixo do verificado no ano passado (neste primeiro trimestre incompleto). As aquisições feitas no setor de tecnologia e internet caíram 65,2% e o investimento de fundos de *private equity* e de ventura capital estrangeiros em empresas portuguesas diminuiu 80%.

Em Portugal, a crispação entre os diferentes partidos políticos culminou na apresentação de uma moção de confiança pelo governo, que foi rejeitada na Assembleia da República, o que leva o país para as terceiras eleições legislativas em três anos.

# Energia promete negócios em 2025

**M&A** ■ Fundos de investimento e investidores estratégicos estão atentos a Portugal. Consultora prevê mais operações nas renováveis e no oil&gas.

André Cabrita-Mendes

amendes@medianove.com

O setor nacional de energia vai ter um ano em cheio em termos de negócios. Portugal é um “mercado muito apelativo para *players* internacionais”, segundo a Bain & Company.

A consultora aponta que as perspetivas “são promissoras” devido ao “forte impulso” tanto dos fundos de investimento como dos investidores estratégicos.

“Estamos a assistir a uma consolidação do mercado, com negócios estratégicos a aumentar a competitividade dos principais *players*. No setor da energia, o sucesso das fusões e aquisições já não depende apenas de uma *due diligence* bem executada, mas também de uma estratégia de investimento sólida, um plano de criação de valor acionável e uma estratégia de integração prática,” disse Eduardo Ferreira de Lemos responsável da Bain pelo setor de energia em Portugal.

A consultora norte-americana considera que há “duas dinâmicas principais” a moldar o mercado. “Em primeiro lugar, nos setores Químico e de Água, os *players* portugueses estão a aproveitar o momento atual para reforçar a sua consolidação. Algumas dessas transações por via de fusões e aquisições estratégicas e transformacionais”, afirma. Depois, a segunda dinâmica é a “aquisição de ativos portugueses, impulsionada pela sua qualidade e pela forte gestão nos últimos anos”.

No setor das energias renováveis, “espera-se uma maior rotação de ativos”, prevê. Já no setor do oil&gas, a Bain “antecipa negócios nas operações a jusante e a retalho, bem como na parte a montante da cadeia de valor”.

“Com as avaliações de mercado atuais nos setores da Energia e do oil&gas, as fusões e aquisições transformacionais pode-



MIKE BLAKE/REUTERS

Maior rotação de ativos nas renováveis e negócios no oil&gas

rão envolver as maiores empresas de Portugal”, segundo Eduardo Ferreira de Lemos.

A nível global, a companhia acredita que vai ser um “ano recorde no setor da energia”, com mais de 400 mil milhões de euros em operações, com destaque

**Fusões e aquisições transformacionais poderão envolver as maiores empresas de Portugal de energia e de oil&gas, prevê a Bain&Company**

para a “onda de consolidações no oil&gas e um foco crescente no setor químico”, tendência também verificada por cá.

“No setor de oil&gas, em 2024 registou-se uma onda de consolidações, com mais de dez negócios de grande escala e inúmeras aquisições de média dimensão. 86% das transações estratégicas de M&A que excederam 1 mil milhões de dólares focaram-se em negócios de escala, visando fortalecer a liderança no mercado. Ao mesmo tempo, o setor químico passou por uma reestruturação significativa, com várias empresas a desinvestirem em ativos para se concentrarem em segmentos de mercado mais lucrativos”, segundo Alessandro Cadei da Bain.

**António Jaime Martins** ■ O novo presidente do Conselho Superior da Ordem dos Advogados considera que a justiça tem de se reconciliar com os cidadãos e que para o conseguir vai ser obrigatório fazer investimento. E diz que a próxima liderança da classe tem de a unir para responder aos desafios, que passam pela tecnologia, uma corrida em que estamos a ficar para trás.

## “Estamos atrasadíssimos na transição digital e no uso da IA na advocacia”

**Ricardo Santos Ferreira**  
rsferreira@medianove.com

António Jaime Martins já foi presidente do Conselho Regional de Lisboa, candidato a bastonário e agora foi eleito presidente do Conselho Superior da Ordem dos Advogados, com 71,2% dos votos.

Espera que o próximo titular da pasta da Justiça tenha condições para investir na modernização do sistema, porque só assim será possível alterar a perceção que os cidadãos têm.

Não apoia nenhum dos candidatos à liderança da Ordem dos Advogados, pela posição que vai exercer, mas avisa que é necessário unir a classe para que seja possível defendê-la.

### Como analisa a situação atual da justiça em Portugal?

A justiça portuguesa atravessa um período delicado. Verifica-se na generalidade dos tribunais uma morosidade processual crónica, com tribunais sobrecarregados e a debaterem-se, salvo raras exceções, com falta de recursos humanos e materiais para dar resposta em tempo útil e com a qualidade necessária às exigências de uma justiça efetiva. Há um desgaste institucional na perceção dos utentes, agravado pela objetiva falta de modernização tecnológica. Estes fatores combinados comprometem a confiança dos cidadãos no sistema de justiça, o que é preocupante num Estado de Direito.

Neste último ano, notou-se um esforço e uma melhoria, mas há muita coisa para fazer.

### E como olha para a situação da advocacia, em particular?

A advocacia vive sob forte pressão económica e concorrencial, sobretudo para os advogados mais jovens e para os que estão em fim de carreira. O mercado saturado e a crescente competitividade comprimem honorários e podem levar a situações de precariedade profissional. Além disso, a morosidade da justiça e uma burocracia reinante, impactam diretamente na nossa atividade: os processos e assuntos que se arrastam com todo o tipo de dificuldades, significam atrasos na respetiva resolução e no recebimento de honorários, agravando as dificuldades financeiras dos escritórios, em especial dos recém-instalados.

### Quais são os desafios que a classe e a atividade enfrentam no futuro próximo?

São múltiplos os desafios no hori-

zonte da advocacia. Destaco a necessária transição digital no setor da justiça e a incorporação de ferramentas de Inteligência Artificial na prática jurídica, uma realidade já emergente e para as quais estamos atrasadíssimos. Este progresso tecnológico traz oportunidades, mas exige que os advogados se adaptem e atualizem permanentemente as suas competências. E, na verdade, a Ordem [dos Advogados] pouco ou nada tem auxiliado os seus associados num mundo jurídico em rápida transformação.

Por outro lado, é urgente travar a crescente precarização da profissão, com a desvalorização do trabalho dos advogados. É preciso promover a valorização da advocacia, assegurando condições de exercício condignas para preservar o estatuto qualificado e independente da profissão.

Por fim, a defesa da independência da profissão é, para mim, imperativa: numa democracia, os advogados devem poder atuar de forma livre e independente, sem pressões indevidas para defender os direitos dos cidadãos e o Estado de Direito.

### O que pode o presidente do Conselho Superior da Ordem dos Advogados fazer para responder a esses desafios?

Deve, antes de mais, atuar como garante da ética profissional, reforçando a confiança dos advogados e dos cidadãos na autorregulação da classe, e simultaneamente promover a modernização do funcionamento

jurisdicional do conselho, mediante procedimentos mais ágeis e a adoção de ferramentas tecnológicas adequadas, assegurando maior celeridade e eficácia na resolução de processos.

Para salvaguardar a independência, a autonomia e a liberdade dos advogados, é essencial assegurar o pleno exercício do mandato forense e das nossas prerrogativas profissionais, limitar a ação disciplinar aos casos verdadeiramente graves, que coloquem em causa a honra e dignidade da profissão e priorizar a emissão de laudos para cobrança de honorários, garantindo a justa retribuição pelo trabalho desempenhado. Em síntese, ao consolidar a ética, a eficiência na tramitação interna e a defesa intransigente da dignidade e independência profissionais. Ao fazê-lo, cumprirei o papel de fortalecer o prestígio e independência da advocacia e de promover a confiança na Ordem dos Advogados.

### Vamos ter eleições, de novo.

#### O que espera do próximo titular da pasta da Justiça?

Espero que enfrente de forma decidida os problemas estruturais do sistema. É fundamental investir na modernização dos tribunais – dotando-os de meios tecnológicos avançados e reforçando os recursos humanos – para combater a crónica morosidade processual. Sem esse investimento e um esforço real de simplificação burocrática, a justiça continuará aquém do que os cidadãos exigem.

Igualmente importante será man-



**Neste último ano, notou-se um esforço e uma melhoria na justiça, mas há muita coisa para fazer**



CRISTINA BERNARDO



ter um diálogo constante e construtivo com a Ordem dos Advogados. Quem assumir a pasta deve estar disponível para ouvir a classe e trabalhar em colaboração com a Ordem, pois muitas reformas legais afetam diretamente o exercício da advocacia. Uma relação de respeito mútuo entre o Ministério [da Justiça] e a Ordem permitirá implementar medidas mais equilibradas e benéficas para todo o sistema de justiça e para as empresas e cidadãos que a ele recorrem.

#### E o que espera da próxima liderança da Ordem dos Advogados?

Da próxima liderança da Ordem espero firmeza e independência na defesa da classe. O bastonário e o Conselho Geral devem pautar-se por uma atuação de defesa intransigente da dignidade da profissão e das prerrogativas dos advogados. Isso implica não ceder a pressões externas e afirmar, sempre que necessário, a autonomia e independência da advocacia. Internamente, espero que o próximo bastonário queira e saiba unir a Ordem, pois nos últimos tempos as coisas nesse aspeto não correram nada bem. O bastonário deve servir a advocacia e não estar preocupado assim que é eleito em garantir a reeleição e seis anos de salários.

#### Vai apoiar algum dos candidatos?

Não. A posição jurisdicional para a qual fui recém-eleito impõe-me total isenção e reserva em período eleitoral. Seria eticamente reprovável tomar partido ou envolver-me em campanhas, pois cabe-me manter o Conselho Superior imparcial e acima das disputas eleitorais. No entanto, não posso deixar de reter que um dos candidatos proferiu referências negativas sobre mim durante pelo menos uma entrevista e apoiou ainda que de forma não pública a lista oppositora ao Conselho Superior nas últimas eleições deste órgão. Essa postura indicia uma clara dificuldade de entendimento institucional no futuro, caso venha a ser eleito. Ainda assim, independentemente de quaisquer divergências pessoais, cumprirei o meu dever de cooperação leal com quem for eleito, em prol da advocacia e da justiça.

## Pessoas

Por Ricardo Santos Ferreira [rsferreira@medianove.com](mailto:rsferreira@medianove.com)

**Pedro Miguel Fernandes** é o novo chief operating officer da **PRA – Raposo, Sá Miranda & Associados**. Licenciado em Gestão de Marketing pelo IPAM, tem um MBA pela ESIC Business & Marketing School, em Madrid, além de ter concluído o PADE – Programa de Alta Direção de Empresas na AESE. Foi consultor de Marketing sénior e country manager da NetPartnering Iberia e passou pela Canon Espanha e Portugal e Samsung Portugal.

**Patrícia Borges** assumiu a liderança da área de Citizen and Digital Government da **NTT DATA Portugal**. Foi Head of Health e liderou a digitalização do setor da saúde e o desenvolvimento de soluções inovadoras para hospitais e entidades públicas.

A **Antas da Cunha Ecija** contratou três advogados para o departamento de Direito Fiscal. **Priscila Santos** vem como consultora, transita da PLMJ e trabalha sobretudo em contencioso fiscal nos setores da aviação, seguros, energia, imobiliário, construção e turismo. **Inês Moreira dos Santos** vem como associada sénior, era advogada in house do BCP e traz experiência em planeamento fiscal nacional e internacional, operações de reestruturação e assessoria fiscal em operações financeiras nacionais e internacionais. **Gonçalo Brites da Silva** vem da EY, foi adjunto do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e vem como associado sénior.

**Cristina Fonseca**, cofundadora e sócia da **Indico Capital**, foi selecionada pela revista online EU-Startups como uma das 100 mulheres mais influentes no ecossistema europeu de startups e venture capital em 2025.

A **Paxlegal** reforçou as áreas de prática de Laboral, Imobiliário e Comercial e Societário. **Maria do Carmo**

**Pereira Coutinho** transita da VdA para integrar a equipa de Direito do Trabalho como associada. **Murillo Costa Sanches** deixa a liderança do Imobiliário da Legal|Square para se juntar à equipa de Comercial e Societário e **Mariana Andrés** junta-se como paralegal.

A **Adecco Portugal** contratou **Sónia Gonçalves** como senior national account manager para os setores da indústria e logística. Traz experiência em áreas como trabalho temporário, recrutamento permanente, outsourcing, desenvolvimento de talento e outplacement.

**Cláudia Leonardo** vai integrar a **Melo Alves** como sócia e liderar o departamento de Contencioso & Arbitragem. Vem da Antas da Cunha Ecija e tem como áreas de prática preferenciais Contencioso, incluindo Contencioso Comercial, Mediação e Arbitragem, nacional e internacional e a prática alargada na resolução de litígios civis e comerciais, em particular contratos comerciais e de investimento e em arbitragem comercial. A **Melo Alves** integrou também **Sofia Li** como associada no Asian Desk. Vem da SRS Legal e vai assessorar investidores asiáticos nas áreas de imigração e cidadania, imobiliário, direito do trabalho, negociação e celebração de joint-ventures.

**Madalena Pacheco** é a nova associada do Departamento de Marcas da **BMA – Baptista, Monteverde & Associados**. Atua no planeamento estratégico de propriedade industrial, registo e proteção de marcas e presta aconselhamento e representa clientes em matérias relacionadas sinais distintivos do comércio, direitos de autor e design. A sociedade de advogados integrou também **Cláudia Trindade** na equipa de Contencioso como consultora.

### Cuatrecasas apoia CUF na compra do HPA Saúde

**M&A** ■ A Cuatrecasas assessorou juridicamente a CUF na aquisição de uma participação de 75% da Sociedade Hospital Particular do Algarve. A equipa foi coordenada pelos advogados da área de Societário e M&A Alexandra Martins e Luís Cortes Martins. Incluiu ainda Mariana Brazão, da mesma área; Gonçalo Bastos

Lopes, de Fiscal; Joana Silveira Botelho, de Farmacêutico e Ciências da Saúde; Marisa Mirador, de Direito Público; Miguel Pena Machete, de Concorrência e Direito da União Europeia; e Sandra Lima da Silveira, de Direito Laboral. O Grupo HPA Saúde é constituído por cinco hospitais e 17 clínicas, com maior presença nas zonas do Algarve e Alentejo, e na Região Autónoma da Madeira. Operação já foi comunicada à AdC.

5

**Investimento** ■ A SRS Legal assessorou a especialista em soluções de inteligência artificial Automaise numa ronda de investimento de cinco milhões de euros liderada pela Oxy Capital e com a participação da Bright Pixel, Armilar e HCapital.

### JPAB assessora Atena na compra da NacionalGest

**M&A** ■ A JPAB – José Pedro Aguiar-Branco Advogados assessorou a sociedade portuguesa Atena Equity Partners na entrada no capital social da NacionalGest, uma das 15 maiores corretoras de seguros em Portugal. É a primeira operação do Fundo Atena III, criado em outubro de 2024, que conta com

um capital de 60 milhões de euros. A operação de aquisição da participação na NacionalGest foi realizada em articulação com a equipa de gestão da corretora de seguros, que se mantém na liderança do negócio. Fundada em 2001, a NacionalGest tem mais de 130 colaboradores, uma rede de 35 lojas e mais de 200 agentes distribuídos pelo país. Em 2024, registou 7,5 milhões de euros em comissões e geriu uma carteira de 80 milhões de euros em prémios.

## Atrasos no offshore levam investidores a abandonar país

**Energia** ■ O atraso no lançamento do leilão para as eólicas offshore está a provocar um abandono de Portugal por parte de investidores. Desinteresse já é anterior à crise política perante a falta de avanços.

**André Cabrita-Mendes**  
amendes@medianove.com

O processo corre lento e já não dava sinais de desenvolvimento. A excitação que existia no setor energético em anos anteriores tem-se esfriado aos poucos. O leilão eólico offshore (marítimo) deixou de ser tema aos poucos. Perante a apatia generalizada, os investidores estão a abandonar o país. No início eram 50 empresas interessadas, mas quantas ficarão para o concurso (se chegar a ser lançado)?

“Há muita incerteza relativamente ao concurso para o eólica offshore que estava previsto para este ano, já com algum atraso. Esta espera tem desencorajado alguns investidores que já começam a sair do país”, disse ao JE Joana Alves de Abreu, advogada da sociedade Pérez-Llorca.

A situação tem-se arrastado e é anterior à crise política, mas esta é mais uma barreira. “Esta situação de termos um governo de gestão... ninguém sabe o que vai acontecer. Não traz nada de bom. Será mais tempo de espera”, acrescentou. A responsável não revela os nomes das empresas que saíram, mas publicamente já foram revelados anteriormente dois: o da norueguesa Equinor e o da dinamarquesa Orsted.

Um dos problemas da eólica offshore é o facto de ser flutuante,



Os sinais estão no ar há algum tempo e os investidores já perceberam os atrasos do leilão eólico offshore

te, pois a costa portuguesa é mais funda do que o Mar do Norte, por exemplo, onde se usa o sistema fixo. Outro problema são os custos com a ligação à rede elétrica em terra. O ministério do Ambiente e da Energia tem um relatório com os custos previstos, mas nunca o divulgou.

A armada espanhola lidera no assalto ao mar português, tendo sido o país com mais demonstrações de interesse em participar no leilão offshore entre 17 nações, segundo uma análise feita pelo JE em 2023. No total, eram



**Joana Alves de Abreu**  
Advogada de Energia na Pérez-Llorca

14 empresas do país vizinho, seguindo-se Portugal (11), França (7), Reino Unido (5) e Alemanha (3), entre outras.

Mas será que o país vai desistir de lançar o concurso? A especialista em energia acredita que virá a ser lançado no futuro.

“Não acho nada que a intenção de lançar este procedimento desapareça. Até porque tendo em conta os objetivos que assumimos perante a Comissão Europeia, acredito que quem quer que venha a assumir a pasta vai continuar com esse designio. Agora, temos é mais

tempo de espera. E isto, para quem faz os investimentos, é complicado”, declarou.

Joana Alves de Abreu destaca que existe consenso no centrão para o lançamento do procedimento. “Não vejo que haja uma grande diferença de ideologia entre Governo PS ou Governo PSD. Estamos até a falar das várias iniciativas do anterior secretário de Estado da Energia João Galamba, que foram muito importantes para o setor, numa altura muito dinâmica”.

Para o próximo Governo deixa o apelo para que a Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (EMER 2030) continue a trabalhar para acelerar as energias verdes em Portugal.

E deixa também o apelo para que o concurso de eólica offshore seja finalmente lançado. “É muito urgente porque se estamos a olhar para o horizonte de 2030 estes projetos não se fazem com a mesma velocidade que uma central fotovoltaica”.

Sobre o eterno problema do licenciamento, considera que a simplificação de vários procedimentos já previstos na lei. “Ficamos com esta ideia de que a lei tem de prever procedimentos muito simplificados, mas a lei já tem instrumentos e mecanismos. Depois, na realidade, é que pode não acontecer”.

E dá o exemplo do reequipamento: “Independentemente de o projeto inicial ter sido ou não sujeito a avaliação de impacte ambiental, numa fase de reequipamento não será sujeito, porque estaremos a utilizar mais ou menos a mesma área do projeto inicial. Mas da nossa experiência, as entidades não entendem assim. A Direção-Geral [de Energia e Geologia (DGE)] tem algumas dúvidas sobre a forma como isto se aplica e os projetos acabam por estar sujeitos quase a uma análise caso a caso”.



### CMS Portugal assessora compra da Neadvance

**M&A** ■ A CMS Portugal assessorou a Atlas Copco na aquisição da sociedade portuguesa de software para soluções de automatização Neadvance Machine Vision. A equipa da sociedade de advogados foi liderada por Tiago Valente de Oliveira, sócio da área de Corporate M&A, e incluiu, da mesma área, a associada sénior

Catarina Arriaga Sampaio e os associados Francisco Verdelho e João Fragoso Cardoso. Também participaram os associados de TMC Ricardo Pintão e Catarina Ferreira da Silva, a associada sénior de Direito do Trabalho & Fundos de Pensões Sofia Costa Lobo, a associada coordenadora de Direito Fiscal Mariana Coentro Ribeiro, e, da área de Energia & Alterações Climáticas, o sócio Bernardo Cunha Ferreira e o associado Rodrigo Pinto Guimarães.

## MFA Legal lança linha de serviços de Direito Penal Tributário

**Especialização** ■ Esta nova linha de serviços é focada na prevenção e gestão do risco fiscal e criminalidade tributária.

**António Sarmento**  
asarmento@medianove.com

Desde a sua génese que a MFA Legal se posicionou com uma boutique especializada na gestão do risco, com áreas de prática fiscal e criminalidade económica com forte reconhecimento no mercado. “Passado pouco mais de um ano, entendemos ser o momento certo para lançar uma linha de serviço direcionada para a prevenção e gestão do risco fiscal e criminalidade tributária. No fundo, trata-se de combinar numa só linha de serviços, as áreas core do escritório, oferecendo aos nossos clientes e ao mercado uma equipa com forte experiência em consultoria e contencioso, numa oferta diferenciada que requer, forte especialização, uma abordagem articulada e sólidos conhecimentos técnicos. A prevenção de riscos reputacionais e legais, assim como a gestão de crises são fatores críticos para investidores institucionais e individuais, *stakeholders*, setor financeiro, pelo que a nossa aposta vem dar resposta a uma crescente necessidade do mercado”, dizem Rui Costa Pereira, associado coordenador da área de Direito Penal da MFA Legal, e Catarina Gomes Correia, associada sénior da área de Direito Fiscal da MFA Legal.

A prevenção do risco fiscal, a adoção de políticas fiscais conformes com boas práticas de mercado e socialmente responsáveis, assim como a gestão de eventuais crises são preocupações transversais a todos os setores económicos, grandes empresas, PME, assim como investidores individuais. “Assim, trata-se de uma linha de serviços com uma abordagem 360º graus e que está direcionada para todo o setor empresarial, membros dos órgãos sociais, clientes individuais, sem es-



**Rui Costa Pereira**  
Associado coordenador da área de Direito Penal



**Catarina Gomes Correia**  
Associada sénior da área de Direito Fiscal

quecer outros prestadores de serviços, seja de contabilidade, *family offices* ou empresas de *management*. A gestão e prevenção do risco é transversal, e constitui uma prioridade para Conselhos de Administração, CRO, Departamento Legal e Financeiro”, acrescentam os responsáveis.

A equipa de Penal Tributário é coordenada por dois advogados seniores e contará com o apoio dos sócios e equipas de fiscal, penal e *compliance*. Esta nova linha de serviço também é destinada aos mercados de língua oficial portuguesa, em particular Angola, Moçambique e Cabo Verde, onde dispõe de parceiros locais. “A gestão do risco fiscal é transversal a todos os setores económicos e pode afetar a reputação de todos os tipos de entidades corporativas, assim como clientes individuais. O mundo mudou, e na MFA tentamos acompanhar as necessidades dos nossos clientes, do mercado, sempre em áreas de nicho e elevado valor. E a criação desta linha integrada e coordenada de serviços em matéria de Direito Penal Tributário é apenas mais um passo na estratégia de sermos reconhecidos com uma das primeiras sociedades de advogados em Portugal especializada na gestão de risco e de crises”, concluem os advogados da MFA Legal, Rui Costa Pereira e Catarina Gomes Correia.



**Pedro Xavier**, Founding Partner

## Proposta de valor das boutiques financeiras na atividade de M&A

Investment Boutiques apresentam um elevado grau de especialização, num serviço de assessoria financeira muito focado e dedicado. Dependendo do nicho que definem, especializam-se em determinadas áreas, indústrias específicas ou regiões, sendo que todas, apresentam um conceito comum – profundo expertise do setor e soluções *taylor made*. Priorizam, assim, um serviço altamente especializado, que lhes confere um total e profundo conhecimento e expertise na área de atuação, do mercado e do ecossistema inerente. Priorizam soluções *taylor made* e forte dedicação aos clientes que apreciam superiores níveis de exclusividade, e que por vezes, se possam sentir menos valorizados em organizações de maior dimensão. Esta aproximação resulta tipicamente em relações mais sólidas e mais estreitas, que tendem a perpetuar-se a longo prazo. Esta abordagem mais dedicada, permite alocar mais recursos e tempo a compreender as necessidades específicas de cada cliente, resultando em soluções mais direcionadas. Apesar das áreas de atuação poderem variar consoante a especialização, existe um solo comum na maioria das propostas de valor apresentadas. No caso da Triple A – Capital & Finance, dedicamo-nos a um serviço personalizado de M&A Advisory e Financing Advisory. Na assessoria a operações de compra e venda de empresas e todo o tipo de reestruturações, definindo estratégias, estruturas, valuations, DDs, termos de negociação, entre todos os passos necessários até ao closing da operação, identificando vetores de criação de valor ao longo do processo. Assim como, no levantamento de equity ou dívida para o financiamento de investimentos, organizando as operações e atuando no sentido de alcançar as melhores e mais eficientes fontes e meios de financiamento.

# Novo Parque Empresarial em Leiria impulsiona economia regional

Leiria é um dos concelhos mais dinâmicos de Portugal em termos económicos. Em breve será inaugurado o Parque Empresarial do Monte Redondo, um projeto que vai trazer um novo impulso à inovação empresarial na região.

O ano de 2025 vai ser marcante para o desenvolvimento empresarial em Leiria, com a inauguração do Parque Empresarial de Monte Redondo (PEMR). O PEMRP ocupa uma área de 267.805 metros quadrados e localiza-se junto à saída para a autoestrada A17, com excelentes acessibilidades.

Gonçalo Lopes, atual presidente da Câmara Municipal de Leiria, esclarece que, além da localização privilegiada, o PEMR “possui toda uma infraestrutura que assegura a sua sustentabilidade ambiental e energética”.

## Espera-se uma rápida ocupação

A construção do Parque Empresarial de Monte Redondo teve início no ano passado e os primeiros lotes já estarão disponíveis para venda em abril.

“Temos uma expectativa muito elevada relativamente à ocupação deste parque empresarial. Há muitos anos que é ambicionado”, refere o atual presidente da Câmara Municipal de Leiria, que acompanha este projeto praticamente desde o seu início.

Referindo que este foi um parque empresarial de concretização complexa, nomeadamente o processo de aquisição dos terrenos, o autarca mostra-se agora muito confiante no impacto que terá no desenvolvimento do concelho.

## Prestes a ficar disponível

Com os trabalhos de construção das infraestruturas a progredir a bom ritmo, Gonçalo Lopes realça que muitas empresas já manifestarem interesse na aquisição de lotes no próximo ano.

“Muitas empresas da região aguardam há muitos anos este Parque Empresarial para poderem relocalizar as suas indústrias, em vez de estarem em zonas que não permitem expansão. E também há muitas empresas nacionais e estrangeiras interessadas na aquisição de lotes”, afirma, explicando que os lotes foram desenhados num sistema modular e primam por uma grande flexibilidade, quer em termos de instalação quer em dimensão.

Para o presidente da Autarquia, essa versatilidade é uma vantagem acrescentada. “Efetivamente, a ligação entre os lotes e a maneira como foram desenhadas as acessibilidades permite



que vários tipos de empresas possam ali ser instaladas, desde multinacionais a empresas de menor dimensão, direcionadas para indústria de ponta e startups de todos os setores”, afirma.

## 300 novos postos de trabalho

Calcula-se que, pela captação novas empresas nacionais e estrangeiras, e pela deslocalização de empresas de outros concelhos, o Parque Empresarial de Monte Redondo venha a assegurar 300 postos de trabalho, so-

**Leiria é um dos concelhos mais dinâmicos de Portugal em termos económicos, estando a autarquia focada em impulsionar cada vez mais o crescimento e a criação de empresas**

bretudo de mão de obra qualificada, o que também poderá ser um motivo de atração e fixação de talento.

Para o presidente da autarquia, esta estimativa poderá estar a ser feita “por baixo, pois este número de novos postos de trabalho também significa a necessidade da criação de habitação e de respostas sociais como creches, escolas, sistemas de saúde, transportes rodoviários, etc”.

## Com todas as garantias

É de destacar que o Parque Empresarial de Monte Redondo é da total responsabilidade do Município de Leiria. Assim, tudo o que se refere à manutenção e conservação do Parque depois da sua entrada em funcionamento é garantido por esta entidade, incluindo as condições de fornecimento de telecomunicações e todas as infraestruturas, incluindo a energia, seja gás, eletricidade ou outras componentes

como a energia renovável que é uma das apostas do PEMR.

O Parque possui zonas específicas para a instalação de painéis fotovoltaicos, havendo, no concelho, também projetos de produção de biometano em desenvolvimento, fator muito relevante do ponto de vista competitivo, pois permite que as empresas e indústrias que dependem deste tipo de energia possam reduzir a sua pegada ecológica.

## Leiria e o desenvolvimento

Ao comentar o avanço de Leiria em termos económicos, Gonçalo Lopes explica que o concelho se caracteriza por um forte pendor económico nos mais diversos setores, sendo a indústria um dos mais destacados.

Além disso, explica o autarca de Leiria, “ao longo dos anos desenvolveram-se aqui PME muito direcionadas para o mercado internacional e para as exportações. São mercados muito exigentes, que obrigam a estar sempre na vanguarda da inovação produtiva e da área da gestão, bem como comercialmente, sobretudo na captação de novos mercados. Essa vertente internacional faz com que as empresas da nossa região tenham um forte investimento na inovação e na sua evolução competitiva”.

Ao mesmo tempo, Leiria conta ainda com oferta formativa no ensino superior muito direcionado para cursos de engenharia que, segundo Gonçalo Lopes, são muito ajustados à procura do mercado de trabalho. Isso faz com que haja uma ligação muito forte entre o setor económico e o ensino superior”.

Tudo isto, como é natural, tem ajudado ao aparecimento de Startups que, como revela o autarca, “estão a agora a despoletar, sobretudo nas áreas tecnológicas e encontram suporte na Startup de Leiria, um projeto que visa apoiar empresas emergentes sobretudo na área tecnológica, pois são fundamentais para a criação de um ecossistema de inovação”.

Nem de propósito, Leiria subiu, em 2024, 33 posições no Startup Ecosystem Index 2024, tendo no ano anterior escalado 326 lugares neste índice global de ecossistemas de start-ups, encontrando-se em quinto lugar entre as cidades portuguesas.